

HABEAS CORPUS Nº 528.072 - PR (2019/0245832-2)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : LEANDRO BATISTA DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADOS : ANA RIBEIRO - PR080297
LEANDRO BATISTA DOS SANTOS - PR087790
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : RENAN BORGES PASSOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de RENAN BORGES PASSOS, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela prática, **em tese**, do delito de roubo majorado.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** junto ao eg. Tribunal **a quo**, pugnando pela revogação da prisão preventiva. A ordem foi denegada em v. acórdão, às fls. 26-31, cuja ementa transcrevo oportunamente, **in verbis**:

"HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - PRISÃO PREVENTIVA - GRAVIDADE CONCRETA EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI DO DELITO - SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA - PRETENSÃO DE LIBERDADE PARA CUIDADOS DE FILHO - NÃO COMPROVAÇÃO DA IMPRESCINDIBILIDADE DA MEDIDA-ORDEM DENEGADA" (fl. 26).

Daí o presente **writ**, no qual alega a Defesa a ocorrência de constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que determinou a segregação cautelar do paciente.

Pondera que a prisão preventiva foi imposta pela gravidade abstrata da conduta supostamente praticada.

Argumenta que: "[...]Conforme julgado acima, importante destacar

que trata de réu PRIMÁRIO, nunca acusado por outro roubo ou crimes de mesma natureza é pai da menor [...], a qual residia junto com o acusado e depende financeiramente dele para sobreviver, bem como possui residência fixa e trabalho idôneo, conforme documentos anexos, isso tudo retorna ao fato de que o acusado é somente um viciado em drogas e que naquele momento se propôs a roubar para satisfazer seu vício" (fl. 6).

Sustenta que: *"In casu, a aplicação das medidas cautelares, previstas nos incisos I, II, IV e V, do art. 319, do Código Penal, mostram-se mais adequadas, sendo desnecessária a manutenção da prisão preventiva do requerente, pelos motivos já discorridos" (fl. 14).*

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva e que sejam impostas as medidas alternativas diversas da prisão do Art. 319 do CPP.

A liminar foi **indeferida** às fls. 63-65.

As informações foram prestadas às fls. 75-79.

O Ministério Público Federal, às fls. 87-89, opinou pelo não conhecimento do **writ**, conforme parecer assim ementado, verbis:

"HABEAS CORPUS. AÇÃO PENAL PRISÃO PREVENTIVA. SENTENÇA PROFERIDA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. Inviável conhecer das alegações referentes à ilegalidade da prisão preventiva, mantida em sentença, se o novo título judicial a embasar a custódia não foi analisado pelo Tribunal de origem na decisão ora impugnada.

2. Parecer pelo não conhecimento do writ" (fl. 87).

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado,

situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

Pretende o impetrante, por meio do presente **writ**, o reconhecimento da ausência de fundamentação da r. decisão de primeira instância que decretou a prisão preventiva do paciente.

Acerca do tema, insta consignar, inicialmente, que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu **jus libertatis** antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta Corte Superior: AgRg no RHC n. 47.220/MG, **Quinta Turma**, Rel.^a Min.^a **Regina Helena Costa**, DJe de 29/8/2014; RHC n. 36.642/RJ, **Sexta Turma**, Rel.^a Min.^a **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 29/8/2014; HC n. 296.276/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, DJe de 27/8/2014; RHC n. 48.014/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 26/8/2014.

Transcrevo, a seguir, o seguinte excerto da r. decisão que decretou a prisão cautelar, **in verbis**:

"[...] No presente caso observa-se a presença dos requisitos necessários, bem como se está diante de uma hipótese que a autoriza.

Da análise dos autos infere-se que há prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria, sendo que a segregação provisória do indiciado deve ser decretada, principalmente, em razão da garantia da ordem pública.

O indiciado, embora primário, praticou o crime de roubo em concurso com adolescente, além de ter resistido à prisão, causando danos ao patrimônio de terceiros e à sua própria integridade física. Aliado a isso, o crime pelo qual foi indiciado e doloso, com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 anos, não havendo circunstâncias favoráveis para sua

manutenção em liberdade.

Assim, verifica-se o dolo na conduta do indiciado na prática do delito, razão pela qual o autuado em liberdade poderá cometer novos crimes" (fl. 46, grifei).

Da leitura do trecho acima, tenho que o r. **decisum** que decretou a prisão preventiva, embora sucinto, encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a necessidade de **garantia da ordem pública**, notadamente pela **periculosidade** do paciente, demonstrada pelo **modus operandi** do delito em tese praticado, consistente em roubo majorado pelo concurso de pessoas, sendo que o agente teria, supostamente, perpetrado a conduta *na companhia de adolescente "além de ter resistido à prisão, causando danos ao patrimônio de terceiros e à sua própria integridade física"*, circunstâncias que revelam a gravidade concreta da conduta a justificar a segregação cautelar em seu desfavor.

Assim, não se vislumbra o alegado constrangimento ilegal no que tange à decretação da prisão preventiva.

Sobre o tema, colaciono os seguintes precedentes desta Corte Superior:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ROUBOS CIRCUNSTANCIADOS CONSUMADO (4 VEZES) E TENTADO (1 VEZ). ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. ROUBOS EM SEQUÊNCIA. PRESENÇA DE ADOLESCENTE. MAUS ANTECEDENTES. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. A alegação de inocência do paciente consiste em matéria circunscrita ao mérito da ação penal originária e que não encontra espaço de análise na estreita via do habeas corpus ou do recurso ordinário, por demandar exame do contexto

fático-probatório. 3. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

4. Hipótese na qual as instâncias ordinárias apontaram, de forma suficiente, a necessidade da prisão para manutenção da ordem pública, diante da periculosidade e ousadia do paciente - denotada pela gravidade in concreto da conduta adotada - o qual, em companhia de corréu e de um menor de idade, realizou, em tese, com uso de simulacro de arma de fogo, cinco roubos em um só dia, subtraindo, de vítimas diversas e em sequência delitiva, dois celulares, um boné, quantia em dinheiro, uma aliança de compromisso e, tentando, sem sucesso, subtrair um terceiro aparelho celular. A circunstância de a conduta ser praticada em companhia de adolescente aumenta a reprovabilidade dos atos supostamente praticados. 5. Ressalte-se, ademais, que conforme destacado pelo magistrado singular, o paciente ostenta registro anterior pela suposta prática de delito de receptação, reforçando os indícios de sua dedicação às práticas delitivas, bem como a conclusão de que a prisão é necessária para impedir a reiteração. 6. De outro vértice, "Não prospera a assertiva de que a custódia cautelar é desproporcional à futura pena do paciente, pois só a conclusão da instrução criminal será capaz de revelar qual será a pena adequada e o regime ideal para o seu cumprimento, sendo inviável essa discussão nesta ação de Habeas Corpus" (HC n. 187.669/BA, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Quinta Turma, julgado em 24/5/2011, DJe 27/6/2011).

7. As circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não surtiriam o efeito almejado para a proteção da ordem pública.

8. O entendimento desta Corte é assente no sentido de que, estando presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis, ainda que existentes, não são suficientes para afastá-la. 9. Ordem

não conhecida" (HC 470.020/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 16/04/2019).

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. REGIME INICIAL FECHADO. POSSIBILIDADE. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. DETRAÇÃO. JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A via do writ somente se mostra adequada para a análise da dosimetria da pena se não for necessária uma análise aprofundada do conjunto probatório e se se tratar de flagrante ilegalidade. Vale dizer, o entendimento deste Tribunal firmou-se no sentido de que a "dosimetria da pena insere-se dentro de um juízo de discricionariedade do julgador, atrelado às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por esta Corte no caso de inobservância dos parâmetros legais ou de flagrante desproporcionalidade" (HC n. 400.119/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 1º/8/2017).

III - Sendo o paciente primário, fixada a pena-base no mínimo legal e considerada como favoráveis todas as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, o regime inicial semiaberto mostrar-se-ia mais adequado para o resgate da reprimenda, nos termos do art. 33, § 2º, b, do Código Penal. Por outro lado, a jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que, havendo fundamentação concreta, e diante das circunstâncias do caso, é possível a fixação de regime inicial mais gravoso para o cumprimento da pena.

IV - Na presente hipótese, o regime mais gravoso fundamentou-se nas circunstâncias do caso concreto, em que o paciente, com mais dois comparsas e na companhia de adolescente, mediante grave ameaça com emprego de arma de fogo, subtraiu diversos bens de estabelecimento comercial e de mais uma vítima que se encontrava no local do crime.

Assim, ausente o alegado constrangimento ilegal.

V - Quanto ao pleito de detração para fins de progressão de regime, consigno que não há nos autos elementos que permitam avaliar a possibilidade ou não da concessão da benesse, razão pela qual deverá o pedido ser apresentado perante o Juízo da Execução Penal.

Habeas corpus não conhecido" (HC 462.964/SP, Quinta Turma, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe 26/09/2018).

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi aqui adotado, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício. ROUBO MAJORADO POR CONCURSO DE AGENTES E EMPREGO DE ARMA DA FOGO. CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA. FRAGILIDADE DAS PROVAS. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. GRAVIDADE DIFERENCIADA. MODUS OPERANDI. ACAUTELAMENTO DA ORDEM PÚBLICA. CUSTÓDIA FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA.

1. Para a decretação da prisão preventiva não se exige prova concludente da autoria, reservada à condenação criminal, mas apenas indícios suficientes desta, que, pelo cotejo analítico, se fazem presentes. A análise acerca da negativa de autoria é questão que não pode ser dirimida em habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas, vedado na via sumária eleita. 2. Não há se falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da periculosidade efetiva do agente, evidenciada pelas circunstâncias em que cometido o delito. 3. No caso, o paciente foi denunciado pela prática dos crimes de roubo majorado e corrupção de menor, porque, na companhia de adolescente, abordou a vítima em plena via pública e, com emprego de arma de fogo e utilizando-se de violência real desnecessária (coronhada), uma vez que a ofendida já se encontrava subjugada, subtraiu bem de sua propriedade (aparelho celular).

PERTINÊNCIA CRONOLÓGICA DA CONSTRUIÇÃO CAUTELAR. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELA CORTE A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES

MAIS BRANDAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA.

WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Não há como se examinar, na espécie, a alegada falta de pertinência cronológica da medida de exceção imposta ao paciente, pois a questão sequer foi alvo de deliberação pela Corte a quo, a indicar a atuação deste Sodalício em indevida supressão de instância. 2. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade, consoante ocorre in casu. 3. A jurisprudência deste Tribunal vem reiteradamente que, "Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade concreta do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública" (RHC 88.371/PI, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017).

4. Habeas corpus não conhecido" (HC 414.454/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 06/12/2017).

No que tange à alegação da Defesa de que: "*In casu, a aplicação das medidas cautelares, previstas nos incisos I, II, IV e V, do art. 319, do Código Penal, mostram-se mais adequadas, sendo desnecessária a manutenção da prisão preventiva do requerente, pelos motivos já discorridos*", vejo que o pleito não merece provimento.

Transcrevo para delimitar a **quaestio** excerto do voto condutor do v. acórdão, **in verbis**:

"[...]Portanto, devidamente fundamentada a necessidade da prisão preventiva do paciente, não há razões para a revogação do dccrcto cautclar.

Além disso, é certo que "(...) não é cabível a aplicação das medidas cantelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 2H2, § 6", do Código de Processo Penal." (STJ - RHC 83.019/MG, Rcl. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017).

Quanto à alegação de que possui filha que depende exclusivamente dos cuidados do paciente, observo que as medidas cautelares instituídas pelo Estatuto da primeira Infância não são sempre de aplicação obrigatória.

Note-se que o caput do invocado art. 318 do CPP apenas faculta a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, jamais impondo tal substituição como obrigação do Magistrado ou direito daquele que é investigado[...] (fl. 29).

Sucedo que, no feito em mesa, a incapacidade de medidas cautelares alternativas resguardarem a ordem pública decorre, a **contraio sensu**, da própria fundamentação expendida para justificar a necessidade da prisão preventiva, a qual foi demonstrada com esteio em elementos concretos dos autos. Em outros termos, da efetiva comprovação da imprescindibilidade da prisão preventiva segue, naturalmente, a inaplicabilidade de outras medidas cautelares, na medida em que estas não se revelam aptas a tutelar os fins visados por aquela.

Esclarecido esse ponto, não há que se falar em reforma da decisão objurgada, uma vez que a segregação cautelar restou suficientemente motivada, nos termos do art. 282, § 6º, e dos arts. 312 e 313, todos do CPP, bem como em atenção ao art. 93, inciso IX, da Constituição da República. Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DE DROGAS. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. NÃO CABIMENTO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, para a garantia da ordem pública, notadamente se considerada a quantidade e potencialidade lesiva da droga apreendida (29 porções de cocaína com peso de 481,2 g), circunstância indicativa de um maior desvalor da conduta em tese perpetrada, bem como da periculosidade concreta do agente, a revelar a indispensabilidade da imposição da medida extrema na hipótese. (Precedentes).

III - Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem

presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal. Recurso ordinário desprovido" (RHC n. 110.210/RO, Quinta Turma, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 23/4/2019, grifei).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. GRAVIDADE DA CONDUTA. REITERAÇÃO DELITIVA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP. INVIABILIDADE. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECURSO IMPROVIDO.

1. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

2. Na hipótese, é necessário verificar que a decisão do Magistrado de primeiro grau e o acórdão impetrado encontram-se fundamentados na garantia da ordem pública, sobretudo em razão da periculosidade social do agente, considerando não apenas a quantidade e a natureza das drogas apreendidas - 28 microtubos contendo cocaína, pesando 32, 56 g, e 119 pedras de crack, totalizando 32,88 g - , mas também o fato de o recorrente ostentar condenação transitada em julgado por crime de tráfico de drogas, o que demonstra a propensão do acusado para a prática delitiva, justificando-se, nesse contexto, a segregação cautelar como forma de resguardar a ordem pública e de conter a reiteração delitiva.

3. Eventuais condições subjetivas favoráveis ao recorrente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes os requisitos autorizadores da referida segregação. *Precedentes.*

4. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão; o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 5. Recurso ordinário improvido" (RHC n.

109.653/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 10/5/2019).

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. TESE DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO DE PRONÚNCIA. PREJUDICIALIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. MESMOS FUNDAMENTOS. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA, NO CASO. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONHECIDA EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

1. Segundo a orientação desta Corte Superior de Justiça, a superveniência da decisão de pronúncia prejudica a análise da tese de inépcia da denúncia. Precedentes.

2. O advento de decisão de pronúncia não enseja a prejudicialidade do writ, no ponto relacionado à fundamentação da prisão preventiva, quando os fundamentos que levaram à manutenção da custódia foram os mesmos apontados por ocasião da decisão primeva.

3. A custódia cautelar foi devidamente fundamentada, nos exatos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, tendo destacado o Juízo de primeiro grau as circunstâncias do caso concreto, salientando que o delito foi praticado em virtude de disputas entre facções criminosas relacionadas ao tráfico ilícito de drogas. Tais circunstâncias demonstram a especial gravidade da conduta, a justificar a imposição da medida constritiva para a garantia da ordem pública.

4. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

*5. Ordem de habeas corpus conhecida em parte e, nessa extensão, denegada" (HC n. 460.943/RJ, **Sexta Turma**, Rel^a. Min^a. **Laurita Vaz**, DJe de 30/4/2019).*

Ressalte-se, por oportuno, que a presença de circunstâncias pessoais favoráveis não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, **como na**

hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Ante o exposto, **não conheço** do **habeas corpus**.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator